

CATIVEIRO E AUTORIA EM *PURCHAS HIS PILGRIMES* (LONDRES 1625)

Luciana Villas Bôas

UFRJ

RESUMO:

Nos países que tentavam romper o monopólio ultramarino português e espanhol, adotavam-se políticas propagandísticas e o meio privilegiado para divulgação mais ampla possível das viagens ultramarinas era o livro impresso. O uso da imprensa para desafiar a soberania ibérica e promover os avanços dos concorrentes transformaria o livro impresso em “palco” da disputa entre atores europeus pela posse do “Novo Mundo”. As duas grandes coletâneas de viagens de língua inglesa, *Principal Navigations* de Richard Hakluyt (1589) e *Hakluytus posthumus or Purchas his Pilgrimes* (Londres 1625) de Samule Purchas, são marcos dessa nova relação entre expansionismo europeu e tecnologia do livro impresso. Em *Purchas his Pilgrimes* encontram-se o “Tratado descritivo do clima e da terra do Brasil” e “Do princípio e origem dos índios do Brasil” do jesuíta Fernão Cardim, textos que seriam publicados em português somente em 1847. Este artigo discute, a partir da história de publicação do manuscrito de Cardim, as estratégias de apropriação, publicação, a impressão de materiais roubados em relação à elaboração de justificativas retóricas para a expansão ultramarina inglesa. Na medida em que a pirataria de bens, autores e manuscritos não é apenas representada, mas de fato constitui o livro, *Purchas his Pilgrimes* não apenas desafia, mas transgride efetivamente as pretensões universalistas da igreja católica e das monarquias ibéricas. Enquanto editor, Purchas não recorre à doutrina protestante, mas a práticas específicas da cultura do livro impresso para a criação de uma jurisprudência para legitimar o comércio, o tráfico, e as conquistas ingleses.

PALAVRAS-CHAVE:

Literatura de viagem; Expansão europeia; Imprensa; Autoria; Protestantismo.

ABSTRACT:

Countries trying to break Portuguese and Spanish monopoly overseas adopted propagandistic policies, using the printed book as privileged means to disseminate to broad audiences their voyages overseas. This use of print to challenge Iberian sovereignty and promote competing powers would turn the printed book into a “stage” on which European actors rivaled against each other to take possession of the “New World.” The two great English collection of travels, Richard Hakluyt’s *Principal Navigations* (1589) and Samuel Purchas *Hakluytus posthumus or Purchas his Pilgrimes* (Londres 1625) are hallmarks of this new connection between European maritime expansion and the technology of the printed book. *Purchas his Pilgrimes* publishes for the first time two foundational texts written by the Portuguese Jesuit Fernão Cardim, “Tratado descritivo do clima e da terra do Brasil” and “Do princípio e origem dos índios do Brasil,” which would appear in Portuguese only in 1847. Focusing upon the publication history of Cardim’s manuscript, this article dicusses how strategies of appropriating, publishing and printing

stolen materials bear upon the articulation of rhetorical justifications of the English expansion overseas. To the extent that piracy of goods, authors and manuscripts is not merely represented in, but actually forms the book, *Purchas his Pilgrimes* does not only challenge, but effectively trespasses the universalist claims of the Catholic church and the Iberian monarchies. As editor, Purchas withdraws from Protestant doctrine resorting to practices from print culture to invent a jurisprudence to legitimize English commerce, traffic and conquests.

KEYWORDS:

Travel writing; European expansion; Print; Authorship; Protestantism.

Mesmo o leitor familiarizado com o pequeno conjunto de autores portugueses que escreveram no século XVI sobre o Brasil, costuma desconhecer a história de publicação dos textos hoje fundadores. Não sabe que, com raras exceções, grande parte deste repertório foi publicado somente no século XIX, sendo um dos exemplos mais notáveis a carta de Pero Vaz de Caminha. Porque as políticas monopolísticas de Portugal ditavam sigilo, mantinham-se as notícias sobre as regiões no além-mar no âmbito do Coroa, restringindo a circulação à forma oral e manuscrita, longe do alcance do grande público (ZIEBEL, 2002, p. 137). Nos países que procuravam romper o monopólio português, ao contrário, adotavam-se políticas propagandísticas e o meio privilegiado para a divulgação mais ampla possível das viagens ultramarinas era o livro impresso. O uso da imprensa para desafiar a soberania ibérica e promover os avanços dos concorrentes transformaria o livro impresso em “palco” da acirrada disputa entre atores europeus pela posse do “Novo Mundo”.

As duas grandes coletâneas de viagens de língua inglesa, *Principal Navigations* de Richard Hakluyt (1589) e *Hakluytus posthumus or Purchas his Pilgrimes* (Londres 1625) de Samuel Purchas são marcos dessa nova relação entre expansionismo europeu e tecnologia do livro impresso. Em *Purchas his Pilgrimes* encontram-se o “Tratado descritivo do clima e da terra do Brasil” e “Do princípio e origem dos índios do Brasil” de Fernão Cardim, textos que seriam publicados em português somente em 1847. Trata-se de “uma colheita inglesa de sementeira portuguesa” (“an English harvest of Portugall Seede”) explica o editor Samuel Purchas na introdução ao texto que atribui a um “frei” ou “jesuíta [português]”, acrescentando que o manuscrito trazido a lume é “o mais exato tratado já escrito por alguém sobre o Brasil” (“Reader, I here present the exactest Treatise of Brasil which I have seene written by any man”). (PURCHAS, 1625, p. 1.289). A metáfora de uma colheita inglesa de sementeira ibérica usada por Purchas não se aplica a um caso fortuito mas abrange um vasto material composto de mapas, roteiros, cartas, relatos. Parte considerável do material reunido por Hakluyt seria, como indica o título da coletânea *Hakluytus posthumus*, compilado e publicado por Purchas. Entre os

documentos mais notáveis editados por Purchas está o Códice Medoza, um manuscrito pictográfico mexicano produzido por escribas nativos e traduzido do náhuatl para o espanhol (1541-1542) como presente para Carlos V. A caminho da Europa, entretanto, foi roubado por piratas franceses, entregue a André Thevet, cosmógrafo do rei francês, e finalmente vendido para Hakluyt (STEELE, 1997, p. 303-304). A história de publicação do manuscrito de Cardim, em tudo semelhante à do Códice Medoza, é portanto exemplar da apropriação, publicação, a impressão de materiais roubados. Tomado à força por Francis Cook, contra a vontade de Cardim (“much against his will”) em 1602, o manuscrito foi vendido a Hakluyt que mandou traduzi-lo, mas não chegou a publicá-lo. Purchas não se furta a falar da captura do manuscrito, pelo contrário, recorre à pirataria como estratégia retórica e textual das aspirações expansionistas inglesas. Assim, na conclusão, afirma que a decisão de “acrescentar” (“add”) o manuscrito à sua coletânea transforma o seu autor “em prêmio e cativo inglês” (“English prize and captive”).

O elogio da pirataria como dramatização retórica da violação do *imperium* e *dominium* ibéricos aparece, significativamente, na carta dedicatória ao arcebispo calvinista George Abbot. Nela, o objeto físico, o artefato livro é estilizado em “nosso navio [...] tripulado e carregado” (“our ship [...] manned and freighted”) cujo piloto, o editor, ao transformar navegadores em “autores” garante seu retorno e permanência na Inglaterra adequando-o, sob a forma de livro, para uso comum (“vulgar use”).

Wherein our Ship hath been longer in her Circum-Navigation then any of the World-Compassers here related; often in danger to be overset, whiles the Authors impotent and impatient Genius filled all here faithes to the Top of and Top-gallant beyond the proportion of her balast; whereby some leakes of unwitting errors, happening in so new a course thorow so various Seas, implore your Graces indulgence to he Ship and Pilot. Sir Francis Drake a Ministers sonne, after a happy invuroning of the Globe, feasted Queen Eliabeth aboard his Argo, and then laid her up at Deptford, devoting her Carkasse to Time, Her (or rather his) exploits to Fame and Eternitie. An English Minister, beginneth and endeth his more then Circling Navigation with the glorious Name of His maiestie, in poor, but his best entertainment, and returning thus manned and freighted, humbly sueth to bee laid up in the Liberties and Libraries of Saint Iames, York-house, Westminster, and Lambith. (Purchas, 1625, p. 1.289).

Purchas apropria-se do papel do piloto Francis Drake para dar continuidade e finalizar a “auspiciosa circum-navegação do Globo” (“happy invuroning of the Globe”) conduzindo o navio/livro com a benção do arcebispo (“by your fatherly benediction”), portanto do Estado e da Igreja, às bibliotecas que o texto enumera. Cabe sublinhar a noção de que a experiência da viagem culmine na experiência de leitura, de que a circum-navegação só está completa quando os “autores” recrutados se tornam acessíveis ao público leitor, depositados seguramente nas bibliotecas. O fato de a publicidade da viagem se dar através da transformação do navio em livro atesta a centralidade do livro impresso na vida

metropolitana de Londres, cujos habitantes, segundo John Milton “liam” e “experimentavam todas as coisas, entregando-se à força da razão e do convencimento” (“trying all things, assenting to the force of reason and conviction”). (Apud JOHNS, 1998, p. 58). *Purchas his Pilgrimes* é publicado no centro mais importante da sociabilidade e comércio do livro, no Saint Paul’s Churchyard, descrito por Thomas Nash como lugar de “intercâmbio de todos os autores” (“exchange of all authors”). (Apud JOHNS, 1998, p. 67).

Além da familiaridade com os produtos da imprensa, Purchas invoca a força de outro elemento para garantir a identidade e continuidade entre “nosso navio” (“our Ship”) e o público leitor: a religião. Numa ótica providencial, a religião sela a identidade entre a origem do navegador e o destino do texto: a exemplo do pai do piloto que realizou a circum-navegação do globo, Francis Drake, o editor da compilação das viagens, Purchas, também pertence ao clero protestante inglês.¹ O argumento de que através da leitura a expansão marítima se tornaria um bem comum associa-se à imagem, então difundida, de uma nação protestante que se define pela experiência coletiva e individual da leitura das escrituras sagradas.

À primeira vista, esta invocação da religião como elemento capaz de associar a expansão ultramarina, o livro impresso e o leitor inglês, parece endossar a interpretação corrente de que o protestantismo teve um papel central no desenvolvimento de uma identidade nacional inglesa e na legitimação do expansionismo e colonialismo inglês. É claro que o expansionismo inglês ao desacatar a doação papal às monarquias ibéricas é decididamente anticatólico e antipapal. Contudo, não se deve apressadamente confundir anticatolicismo com uma ideologia expansionista fundamentada em premissas protestantes. Somente a partir de 1707, com a união parlamentar da Escócia e Inglaterra, o providencialismo cristão passaria a ser concebido como denominador comum à constituição da unidade inglesa, britânica e imperial, conferindo unidade a processos históricos descontínuos. A despeito das divisões entre protestantes, da separação das igrejas inglesa e escocesa, e da tolerância de uma minoria católica dentro da própria Inglaterra desde 1580, sem falar da diversidade religiosa que caracterizaria o império britânico, tornou-se um lugar-comum derivar a articulação de uma ideologia imperial inglesa, ou até mesmo britânica, do protestantismo. Os grandes propagandistas do expansionismo marítimo inglês, Hakluyt e Purchas, teriam promovido ativamente esta associação. (SCANLAN, 1999, p. 36). Entretanto, a comparação dos dois memorialistas revela que o protestantismo que os une assenta menos numa concepção doutrinária da igreja ou da salvação, do que numa atitude anticatólica.

Neste ensaio gostaria de examinar a historicidade do suposto nexos entre

¹ Como observa David Armitage, Hakluyt e Purchas integram o grande número de clérigos protestantes ingleses que se empenharam em registrar e promover o comércio, a colonização e a conquista nos séculos XVI e XVII. (ARMITAGE, 2000, p. 64).

protestantismo e imperialismo inglês a partir da análise da prática editorial de Purchas, em particular, do uso de textos capturados e publicados com ou sem atribuição de autoria. O foco da minha atenção serão as estratégias adotadas por Purchas para conferir credibilidade aos autores (no caso, autores nãoinglês) e poder estilizá-los em seus “peregrinos”. Tento assim situar uma questão da história da expansão europeia – o papel da religião após a Reforma Protestante no desenvolvimento de ideologias imperiais – no âmbito da literatura de viagem e da história do livro – tocando num ponto chave que é a ainda incipiente noção de autoria.

Espero deste modo contribuir para responder com maior precisão duas grandes questões: 1) de que maneira as monarquias católicas e seu império ultramarino serviram de modelo e/ou de contramodelo capaz de definir os contornos de uma incipiente ideologia imperial inglesa (a pergunta tradicional de historiografias nacionais); e 2) como definir as relações de interdependência e colaboração entre potências agentes europeus (a pergunta levantada no âmbito dos estudos de História Atlântica).

Dividirei minha análise em três partes: 1) parto da história dos relatos de viagem em termos bem amplos, tecendo observações sobre a organização e transmissão de conhecimento empírico no século XVI de modo a contextualizar, situar o estabelecimento do viajante como autor de relatos impressos e o processo de legitimação da viagem como forma de aquisição de conhecimento, além de demonstrar como as duas grandes compilações de Purchas, *Purchas his Pilgrimage* e *Purchas his Pilgrimes* refletem este percurso; 2) em seguida, procuro esboçar as noções vigentes de autoria, *copyright* e pirataria de modo a contextualizar a as práticas que levaram à publicação do manuscrito de Fernão Cardim; 3) finalmente, destaco algumas premissas e consequências da relação que se estabelece no livro entre autor jesuíta e editor protestante, seja no âmbito das relações ibero-inglesas ou das justificativas de *dominium* (posse) e *imperium* (soberania).

1. Coletâneas vs. cosmografias

É possível observar no decorrer do século XVI a concorrência entre dois modelos distintos para a sistematização e transmissão dos relatos de viagem pela imprensa. O primeiro modelo é o das cosmografias, calcadas em modelos clássicos, sobretudo na *Geografia* de Ptolomeu e num currículo universitário vigente desde a Idade Média em que o conhecimento geográfico é subsumido à matemática, à astronomia, servindo à projeção de mapas-múndi, e à ilustração da doutrina dos quatro elementos. Esta noção de “cosmografia” como uma área da matemática estava prevista na estrutura disciplinar das *septem artes liberales* (sete artes liberais), que abrangiam o *trivium* (gramática, retórica, dialética) e *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música). De acordo com fontes gregas e árabes e durante toda a Idade Média, a “cosmografia” era concebida como um campo particular da astronomia, i.e. uma das disciplinas que formavam o *quadrivium*.

Como uma subclasse do *quadrivium*, o conhecimento geográfico não servia precipuamente para determinar a especificidade de um lugar, mas para esclarecer questões da filosofia natural relativas à constituição do cosmos, à teoria dos quatro elementos, e à divisão da terra em zonas climáticas. Como de acordo com o modelo cosmográfico, o conhecimento adquirido através de viagens deve ser subordinado à representação matemática do espaço, cabe aos cosmógrafos conferir validade aos relatos de viajantes.

O outro modelo que surge no decorrer do século XVI, a coletânea de viagem, é tematicamente limitado, em geral desvinculado da história universal, e por definição *open-ended*. Importa ressaltar que nas coleções de viagem ocorre a um só tempo a promoção inaudita da viagem e do viajante, com efeito, a relação entre editor e viajante resulta na promoção singular deste último a autor. Ninguém menos do que Richard Hakluyt expressaria a diferença com maior clareza, ao descrever o princípio organizador da sua coletânea, segundo o qual “referred every voyage to his Author, which both in person had performed and in writing hath left the same,” não sem criticar duramente “those wearie volumes bearing the titles of universall Cosmographies.” (HAKLUYT, [1989] 1927, p. 6).

Embora Purchas se atenha à distinção traçada por Hakluyt entre *cosmographiae* e *peregrinationis* está longe de aderir exclusivamente a um dos modelos, pelo contrário, dedica-se a ambos. Purchas indicou como os seus *Pilgrimes* diferia da *Pilgrimage*, pois esta última “was mine own in matter (though borrowed) and in forme of words and method; whereas my Pilgrimes are the Authors themselves, acting their owne parts in their owne words, onely furnished by me with such necessaries as that stage further required”. (PURCHAS, 1625, p. 1289 e STEELE, 1997, p. 301). Diferentemente de Hakluyt, e à semelhança de outros editores protestantes, como Levinus Hulsius e Théodore de Bry, Purchas interpreta a geografia à luz de uma teologia da eleição e danação, e a concebe como demonstração de que somente “uma pequena parte do mundo encontrou o nome de Jesus” (“a small part of the World that foundeth the name of Iesus”). (PURCHAS, 1613, p. 5).

2. Pirataria e jurisprudência

No palco armado pelo editor em *Purchas his Pilgrimes* muitos personagens têm que atuar independentemente da sua vontade, pois a captura de textos e atores é uma das ações centrais da trama encenada. Na medida em que a pirataria de bens, autores e manuscritos não representa, mas constitui o livro, ela funciona como um estratagema naval e editorial de colocar os personagens em cena, a coletânea não apenas desafia, mas transgride efetivamente as pretensões universalistas da Igreja Católica e das monarquias ibéricas. Enquanto editor, Purchas vale-se não de argumentos propriamente religiosos, mas de expedientes específicos da cultura do livro impresso para a criação de uma jurisprudência para legitimar o comércio, o tráfico, e conquistas ingleses.

Isto fica claro quando se situa a pirataria editorial na história e cronologia do

conceito de autoria na Inglaterra. Quando se pensa hoje em conceitos de autoria da perspectiva da produção de um livro, a “autoria”, a instância responsável pelos conteúdos veiculados envolve um conjunto de indivíduos e grupos. Em 1557 as autoridades inglesas enfrentaram formalmente o problema da propriedade e responsabilidade intelectual do livro atribuindo à figura do “stationer” – que podia reunir as funções de impressor, livreiro, editor – a “autoria,” o “copyright” dos livros. Conforme a lei vigente em 1625, o texto impresso de Cardim era de propriedade dos “stationers” – o impressor e editor William Stansby e o livreiro Henry Fetherstone. Neste contexto, a história de publicação do manuscrito de Cardim, apresentada como narrativa exemplar de apropriação inglesa de legados ibéricos, tem amparo em práticas reguladas da imprensa à época. Mais do que isso: a expropriação do manuscrito tomado à força assemelha-se à conquista, tomada de posse, e permanência, i.e. colonização das terras ultramarinas.²

3. Staden vs. Cardim, antipapismo vs. anti-iberismo

Retomemos a questão preliminar: em que medida Purchas recorre especificamente à religião para elaborar uma justificativa da expansão colonial ou imperial inglesa? Neste sentido, uma das decisões mais intrigantes do editor é a exclusão do texto de Hans Staden, que publicado originalmente em 1557 em Marburg teria uma carreira fulminante na mão de impressores protestantes. Purchas o leu na edição multilíngue de Théodore de Bry, que publica o relato de Staden junto com o de Jean de Léry no terceiro volume da sua coletânea dedicada à América. (Frankfurt, 1592-1593).

Purchas alega os “argumentos selvagens” (“savage arguments”) e a quebra de decoro por “relatar somente suas próprias tragédias” (“relating in manner only his own Tragedies” como razões para não permitir que Staden seja uma dos seus “peregrinos”:

I had thought here to have added the Voyages of Johannes Stadius (another German which served the Portugals in Brasill about Schmidl's later time) published in Theodor de Bry; and had the same by me translated. But containing little light for the Countrie and People, and relating in manner onely his Tragedies, in his taking by the Savages and often perils of being eaten by them, as some of his friends were before his face, with other like Savage arguments wherewith wee have glutted you already: I being already too voluminous, have omitted the same and hasten to other relations. (PURCHAS, 1625, p. 1364).

O termo “Tragedies” subverte a leitura protestante do relato de viagem como *exemplum* de salvação (*sola fide*) que é introduzida no material prefaciador da edição original e reiterada nas coleções protestantes responsáveis pela sua rápida propagação.

O uso narrativo e iconográfico do cativo de Staden para ilustrar a perseguição de
 2 Sobre o argumento da terra vazia, *terra nullius*, ou do domicílio vazio, *vacuum domicilium*, ver ARMITAGE, 2000, p. 97.

huguenotes (Frankfurt 1592/3) é rejeitado por Purchas menos devido a uma ansiedade tipicamente calvinista em relação aos elementos penitenciais (o que Purchas chama de “bodily exercises”) do que à insistência de Staden em traduzir para os índios elementos da liturgia cristã.³ Através de uma curiosa inversão, o atributo “selvagem”, não se aplica mais ao índios mas à narrativa e, por tabela, ao viajante. Ao questionar a autoridade e credibilidade do viajante, Purchas faz desmoronar também a interpretação do relato como exemplo de salvação que marcou a fortuna textual da *Warhaftig Historia* durante o século XVI.⁴ O protestantismo longe de ser um solvente aparece como um elemento tanto de consenso quanto de dissenso.

Já o texto do missionário jesuíta é apenas repreendido amenamente como “unchristian Christianity” e louvado como a “mais precisa descrição” da posse e colonização no Brasil. Referindo-se ao segundo texto de Cardim, Purchas oscila em relação à colonização portuguesa, não a rejeita nem a aceita de todo:

Another Treatise was taken by the said Frances Cooke, written more fairely, but it seemeth with the same hand, part of which I have added for better knowledge both of the civill-uncivill dealings of the Portugals with the Indians, and of the unchristian Christianitie in their owne practise and conversion of the Indians, and that by Jesuiticall testimonie. I may well adde this Jesuite to the English Voyages, as being an English prize and captive. (PURCHAS, 1625, p. 1.289).

Nesta brevíssima análise mostro que os argumentos e a prática editoriais de Purchas evidentemente contestam e transgridem as pretensões universalistas da Igreja Católica e do papado. Mas Purchas não retira das observações de cunho religioso, da identidade seja de Staden, de Cardim ou mesmo Anthony Knivet, uma justificativa para a tomada de posse, um *dominium* inglês nas Américas. Antes a justificativa, o modelo apropriado, é o da descoberta, conquista e tomada de posse, sendo estes os atos de vários navegantes tornados atores em *Purchas his Pilgrimes*. Tendo preparado sua coleção durante os anos de 1621-1624 no Chelsea College – centro de controvérsia religiosa anticatólica, Purchas sabia muito bem que não era possível enfrentar a doação papal às monarquias católicas aludindo – de acordo com a doutrina da *sola scriptura* – a precedentes bíblicos –, pois estes podiam ser invocados igualmente por protestantes e católicos.⁵ Sabia também que o problema da justificativa de *dominium* e *imperium* começava não no Novo Mundo,

3 Purchas exclui Staden de *Purchas his Pilgrimes*, mas insere na *Pilgrimage* um longo e fascinante sumário do relato. Veja PURCHAS, 1513, p.705-706.

4 O sucesso da *Historia* enquanto relato exemplar de um pio autor pode ser observado nas coletâneas protestantes como a reimpressão da parte dedicada à América no *Weltbuch* de Sebastian Frank por Sigmund Feyerabend e no terceiro tomo da *America* de Theodore de Bry (1592).

5 O fator complicador a ser considerado é a franca hispanofilia da política externa jacobina, que torna adeptos da causa protestante em potenciais opositores do rei. Veja a respeito ARMITAGE, 2000, p. 87.

mas com o direito de proprietários ingleses e da Coroa inglesa na Irlanda. Teóricos católicoromanos afirmavam que os direitos de Espanha e Portugal no Novo Mundo eram tão fundados quanto os da Inglaterra na Irlanda por serem ambos respaldados por doações papais. (ARMITAGE, 2000, p. 94). Os direitos ibéricos respaldavam-se na bula alexandrina de 1493, os ingleses na bula *Laudabliter* de 1156. Tanto Purchas quanto Hakluyt rejeitavam esta interpretação. A bula teria sido promulgada após a invasão de Henrique II e fora sempre ignorada pelo reis irlandeses. Segundo Purchas, os reis teriam se submetido voluntariamente em 1171 e a conquista inglesa teria chegado ao fim em 1186: “os ingleses conquistaram soberania pela espada e a submissão dos irlandeses [...] não pela chave do papa”. (Apud ARMITAGE, 2000, p. 92).

Em resumo, podemos afirmar que o trabalho editorial de Purchas corrobora o argumento formulado pelo historiador David Armitage de que as publicações de Purchas são consistentemente antipapais e anticatólicas, e só ocasionalmente anti-ibéricas, e que a justificativa do expansionismo e colonização inglesas ainda que compatível com a doutrina protestante, está longe de apoiar-se exclusivamente nela. Poderíamos acrescentar, no entanto, que determinadas práticas reguladoras da cultura impressa, que permitem transformar cativos em autores, expropriação em colaboração, têm um papel chave na elaboração de justificativas do expansionismo marítimo e colonial inglês. Por esta razão, é preciso continuar a investigar os mecanismos que levam à metamorfose do navio em livro e do ministro calvinista em pirata-editor.

REFERÊNCIAS:

ARMITAGE, David. *The Ideological Origins of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

JOHNS, Adrian. *The Nature of the Book, Print and Knowledge*. Chicago: Chicago University Press, 1998.

HAKLUYT, Richard. *Principal Navigations*. New York: Dutton, 1977.

PURCHAS, Samuel. *Purchas his Pilgrimage*. Londres: William Stansby, 1613.

_____. *Purchas his Pilgrimes*. Londres: William Stansby, 1625.

THOMSON, Janice E. *Mercenaries, Pirates, & Sovereigns*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

SCANLAN, Thomas. *Colonial Writing and the New World 1583-1671*. Cambridge: Cambridge UP, 1999.

STEELE, C.R. “Latin America,” *The Purchas Handbook*. In: _____. *Studies of the life, times and writings of Samuel Purchas 1577-1626*. With bibliographies of his books and of works about him, ed. L.E. Pennington. London: The Hakluyt Society, 1997.

VOIGT, Lisa. *Writing Captivity in the Early Modern Atlantic*. In: _____.

Cativeiro e autoria em *Purchas his Pilgrimes* (Londres 1625)

Circulations of Knowledge and Authority in the Iberian and English Imperial Worlds.
Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009.

ZIEBEL, Zinka. *Terra de canibais*. Rio de Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2000.

MINICURRÍCULO:

Luciana Villas Bôas é Doutora em Literatura Comparada e professora do Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em sua pesquisa dedica-se sobretudo à literatura de viagem, à história do livro, à teoria e história da leitura e autoria.